



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218 /2022

Aos 23 dias do mês de Novembro de 2022, a Prefeitura Municipal de Canguçu/RS, sediada na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, 240, nesta Cidade, inscrita no CNPJ sob o nº. 88.861.430/0001-49, neste ato representado por seu Prefeito MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis, emite a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com o objetivo de formalizar o Registro de Preços, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 122/2022**, homologado em 22/11/2022 onde a empresa abaixo mencionada, por seu representante legal, Anderson Sandrini Botega, é aqui denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**.

SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI

22.669.103/0001-81

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO E CAPINA DE VIAS PAVIMENTADAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO PARA A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA PÚBLICA COM ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU – RS.

Código	Descrição	Un	Qntd.	Nº Item	Lote	Valor unit.
67003	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VARRIÇÃO E CAPINA DE VIAS PAVIMENTADAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO, MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA PÚBLICA, COM ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU.	un	12	1	1	46.333,33



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 meses**, contados a partir da data de sua elaboração.

2.2 - Nos termos do art. 15, §4º da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Canguçu - RS não será obrigado a adquirir os produtos, exclusivamente por seu intermédio, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 873/2022** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços deverão ter início no prazo de 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Sec. Munic. De Obras, Trânsito e Serviços Urbanos e juntamente com a Sec. De Ações Estratégicas, dentre os serviços, estão: **Capina Manual**: Remoção, com o auxílio de enxada, de vegetação rasteira e gramíneas com suas raízes, que estiverem localizadas junto ao meio fio de ruas, avenidas pavimentadas, na pista de trânsito de veículos, ao redor de árvores, postes, canteiros e tampas de caixa pluviais, localizadas em passeios públicos, juntamente com a capina, a contratada deve realizar a varrição.

3.2 Os serviços de varrição em vias com trânsito de veículos deverão ser convenientemente sinalizados.

3.3 A varrição manual deverá ser feita com o emprego de vassouras, os detritos varridos deverão ser recolhidos por pás apropriadas e acondicionados em sacos plásticos. Os sacos plásticos serão conduzidos acoplados em carrinhos de varrição. O produto resultante da varrição será retirado das vias públicas, pela Contratada, após a realização desse serviço, devidamente acondicionados.

3.4 Raspagem: denomina-se raspagem a atividade manual de remoção terra, areia, barro e pedra entre outros resíduos nos leitos das vias públicas, que se depositam após chuvas ou enxurradas.

3.5 Os serviços de raspagem deverão ser executados com a utilização de vassouras de aço, pás de concha, enxadas, picaretas e carrinhos de mão.

3.6 Roçada/ corte de grama: Remoção, com o auxílio de roçadeiras, de vegetação que estiverem localizadas junto aos passeios públicos de ruas e avenidas, ao redor de árvores, postes e canteiros que ainda não estejam pavimentados, além de praças, parques, escolas, unidades de saúde, pertencentes ao perímetro urbano e outros espaços públicos a serem definidos pela **Secretaria de Ações Estratégicas** em conjunto com a **Secretaria Municipal de Obras Trânsito e Serviços Urbanos**, de acordo com as prioridades que se demonstrem.

3.7 A Contratada deverá fornecer no mínimo 11 pessoas, compostas por 10 Profissional de Serviços de limpeza urbana e 01 (motorista), permanentes para realizar os serviços contratados, na ausência de algum empregado deverá substituí-lo por outro devidamente habilitado que execute seus serviços.

3.8 Sistema de Trabalho

3.8.1 As atividades serão executadas por equipe de profissionais da Contratada, onde a equipe deverá estar permanentemente uniformizada e munida de ferramentas, equipamentos de proteção individual – EPI's e materiais necessários à execução completa das tarefas.

3.8.2 Caberá à **Secretaria de Obras Trânsito e Serviços Urbanos** e **Secretaria de Ações Estratégicas** elaborarem a programação de serviços, supervisionar e fiscalizar a sua execução.

Será de responsabilidade da Contratada o deslocamento de seus operários e materiais para as frentes de serviço de varrição, capina, roçada e pintura. Bem como, a responsabilidade com o isolamento das ruas.

3.8.3 Todo e qualquer dano causados ao patrimônio público ou privado, oriundo das atividades contratadas é de total responsabilidade da contratada.

3.8.4 Os serviços que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados com observância ao presente projeto, aprovado pela **Secretaria de Obras**, atendendo as especificações e elementos técnicos constantes deste documento.

3.8.5 Diante disso, foi realizado um planejamento detalhado, buscando um diagnóstico para identificar a quantidade de mão de obra, materiais. Portanto, através de um mapeamento dos roteiros foi determinado o



serviço a ser executado. Com isso chegou-se as quantidades necessárias de equipamentos, materiais e de mão de obra.

3.8.6 Por solicitação da Administração a limpeza urbana deve ocorrer todos os dias de segunda a sexta, com periodicidade para cada um dos Bairros e também no Centro da cidade.

3.9 QUANTIDADE DE MATERIAIS EQUIPAMENTOS:

3.9.1 **Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento do material e equipamentos necessários para a execução dos serviços de varrição, capina e roçada e será de responsabilidade da Contratante o fornecimento das embalagens para recolhimento dos materiais (sacos de lixo).**

3.9.2 ESTIMATIVA POR PARÂMETROS REFERENCIAIS:

Para a determinação da composição dos custos de limpeza urbana de Canguçu, foi considerada a estimativa por parâmetros referenciais conforme estabelecido.

Quadro1 – Locais previstos dos serviços

Equipes	Locais	Periodicidade	Serviços
Equipe 1 - Limpeza Urbana (05 pessoas)	Centro da Cidade	Diário	Limpeza urbana – Serviços descritos acima
Equipe 2 – Limpeza Urbana (05 pessoas)	Bairros da cidade e espaços públicos	A cada período de três a quatro meses – Devendo ser acompanhado e definido mensalmente pela-Secretaria de Obras	Limpeza urbana – Serviços descritos acima

Verifica-se no **Quadro 1** espaços públicos a serem limpos.

Sujeito a alteração conforme necessidade da municipalidade.

3.10 DESCRIÇÃO DOS ROTEIROS DE LIMPEZA URBANA:

3.10.1 Os serviços de limpeza urbana deverão ser executados obedecendo aos roteiros planejados, de forma a conferir uma constância de periodicidade e garantir confiabilidade na completa abrangência em cada uma das ruas determinadas pela Administração.

Os roteiros deverão desenvolver-se dentro dos limites de zona de limpeza urbana, e cada um corresponderá à atividade da equipe, dentro de seu turno.

3.11 TEMPO DE TRABALHO CONSUMIDO POR M²:

3.11.1 A partir da definição dos pontos de referência da operação de limpeza urbana, é necessário, para o correto dimensionamento dos serviços, estimarem o tempo necessário para as operações de varrição, capina, roçadas. Assim, foi necessário estabelecer:

A) Quanto ao tempo e considerando que a varrição somente ocorre onde existem resíduos, considera-se que um funcionário consegue realizar os serviços em aproximadamente 0,008hrs/m² conforme definição SINAPI, sendo necessário o total de aproximadamente **10 funcionários** para executar as atividades pretendidas.

Obs: caberá ao setor de fiscalização da Prefeitura acompanhar diariamente os serviços executados, portanto havendo aumento, ou redução de serviços, o mesmo poderá ser ajustado no número de funcionários.

B) As equipes devem **iniciar às 07h30min**, conforme cronograma realizado, respeitando as normas da CLT.

C) Todo recurso humano envolvido na operação de limpeza urbana deverão ser do quadro funcional da contratada, sendo vedada a subcontratação, para estas atividades.

3.12 FREQUÊNCIA DE LIMPEZA URBANA:

3.12.1 A frequência da limpeza urbana representa o número de vezes em que a operação de varrição ocorre por semana em um determinado setor.



3.12.2 Para a definição da frequência de varrição, capina, roçada e limpeza das bocas de lobo, foi considerado o tamanho do município de Canguçu, com a definição dos números de Bairros a serem atendimentos no trimestre, com vista a atender com satisfação os serviços prestados.

3.12.3 Neste caso, a operação de limpeza urbana deverá ser na frequência conforme a definição apresentada previamente pela SMAE e SMOTSU, sendo que os dias de semanas em cada uma delas devem ser realizados pela empresa.

3.12.4 Semanalmente a empresa deve comprovar a execução dos serviços estipulados. A limpeza urbana deverá ser executada em qualquer condição climática. Nos feriados não haverá trabalho.

A frequência e horários poderão ser modificados no período da vigência do contrato. Além disso, podem ser alterados os turnos de frequências em determinadas regiões, sendo que ficará a critério da Secretaria de Obras solicitar as mudanças.

3.13 DO PESSOAL

3.13.1 Os funcionários admitidos deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.

3.13.2 O pessoal empregado em atividades físicas operacionais deverá estar sempre uniformizado e com Equipamento de Proteção Individual (EPI) correspondente as leis e normas estabelecidas em legislações pertinentes (Norma Regulamentadora nº 06 (NR -06) do Ministério do Trabalho).

3.13.2 A empresa deverá manter um encarregado geral, o qual será responsável, dentre outras coisas, por manter a interlocução entre Prefeitura e Empresa.

3.14. Caso o serviço não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

3.15 Na hipótese da não aceitação do serviço por desconformidade com o edital, o mesmo deverá ser refeito pela empresa no prazo de 3 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 3 (três) dias.

3.16. A Secretaria solicitante do processo licitatório terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a Promitente fornecedora para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será efetuado no mês subsequente à prestação do serviço e após o aceite definitivo dos serviços, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.

4.1.1. O Valor a ser pago será auferido por meio de BM – Boletim de Medição, que será realizado por servidores das seguintes secretarias: Secretaria de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos e Secretaria de Ações Estratégicas, sendo verificada a execução por m² executada.

4.2 A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

4.3 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

4.4 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.5 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e ser entregue na Sec Solicitante do serviço ou para o Fiscal responsável pela Secretaria.

4.5.1 Juntamente com a Nota Fiscal, a fornecedora deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS e outros documentos que possam ser exigidos pela Municipalidade.

4.6 O CNPJ da promitente fornecedora constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.7 Nenhum pagamento será efetuado a promitente fornecedora enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.8 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

4.9 Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas.

4.10 Na hipótese prevista acima deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

4.11 O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição do produto, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

4.12 A contratada será responsável por danos causados a prefeitura ou a terceiros durante a execução dos serviços, devendo assumir integralmente o custo dos reparos que serão pagos por meio de guia de arrecadação.

4.13 A prefeitura acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços por amostragem antes da liberação do pagamento, sendo que a fiscalização terá poderes para exigir que os serviços sejam refeitos se não estiverem de acordo com as normas estabelecidas.

4.14 Todas as placas de sinalização, sinalizações complementares e problemas que possam vir a surgir, serão de inteira responsabilidade da contratada. As placas deverão seguir as normas vigentes e também o padrão da Prefeitura Municipal, além de identificação da empresa executora, "A Serviço da Prefeitura do Município de Canguçu".

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – São obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) Fiscalizar e acompanhar a entrega dos produtos se os mesmos atendem as especificações contidas no edital e seus anexos;
- b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.

5.2 - São obrigações do **PROMITENTE FORNECEDORA**:

- a) Entregar os produtos de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital de licitação;
- b) Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- c) Aceitar, nas mesmas condições elencadas neste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, respeitados os limites legais, conforme dispõe o §1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;
- d) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 – As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pelo envio da Nota de Empenho à detentora.

6.2 - A Promitente Fornecedor do Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 - A Promitente Fornecedor, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 - A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
 - d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
 - e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
 - f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
 - g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
 - h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
- 7.2 As penalidades serão registradas no cadastro da licitante, quando for o caso.
- 7.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 8.1 - Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.
- 8.2 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Canguçu em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 8.3 - Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas.
- 8.4 - Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.
- 8.5 - O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição do produto, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
- 9.1.1 - a Promitente Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata;
 - 9.1.2 - a Promitente Fornecedor não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
 - 9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
 - 9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
 - 9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a Promitente Fornecedor não acatar a revisão dos mesmos;
 - 9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência eletrônica, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Promitente Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.
- 9.3 - Pela Promitente Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94.



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

10.2 - As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

ÓRGÃO
MUNICÍPIO DE CANGUÇU

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, prioritariamente por qualquer órgão da Administração Pública (Direta ou Indireta) Estadual que não tenha participado do certame licitatório na condição de “carona”, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

12.2 Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Departamento de Compras e Licitações do Município de Canguçu, através de ofício, para que este autorize, indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidas a ordem de classificação.

12.3 Só será autorizada adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação do órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Integram esta Ata, o edital da **Pregão Eletrônico nº xxx/2022** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

14.2 - E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Canguçu, 23 de Novembro de 2022.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI
PROMITENTE FORNECEDORA